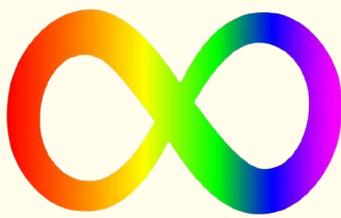




Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



DIREITOS DA PESSOA

AUTISTA



2 de abril

Dia Mundial de Conscientização do Autismo

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA AO TEMA: TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA- TEA

EM ÂMBITO FEDERAL E ESTADUAL

**Compilação de leis vigentes
para proteção e efetividade
dos direitos da pessoa
autista, baseados na:**

- Igualdade
- Convivência Inclusiva
- Dignidade da pessoa humana



Se liga!

material com hiperlinks



2021

Mato Grosso

SUMÁRIO



Introdução



Legislação Internacional

Constituição Federal

Legislação Federal

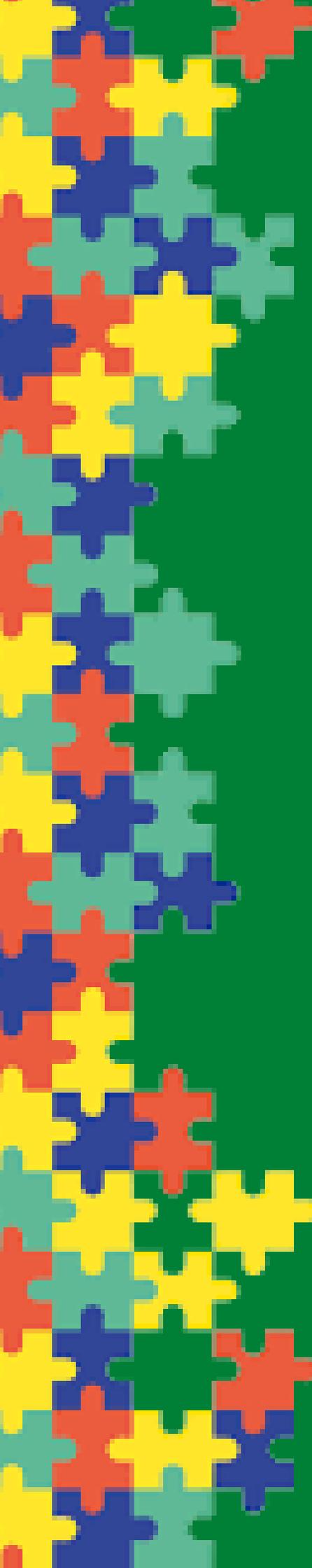


Legislação Estadual



Proposições Legislativas





INTRODUÇÃO

Ao longo de décadas, a luta em favor dos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista vem ganhando cada vez mais força e materialidade no regulamento jurídico brasileiro. O tema teve o seu marco histórico em 2012, com a publicação da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que dispõe sobre a proteção dos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista. Além de prerrogativas relevantes à categoria, o ordenamento específico assegurou a inclusão das pessoas com transtorno do espectro autista no rol de pessoas com deficiência para todos os efeitos legais, contribuindo para a valorização da diversidade humana e ampliação de direitos.

Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, trouxe à categoria a garantia do acesso aos direitos fundamentais em igualdade de condições e oportunidades, cuja listagem não exaustiva de direitos revela a urgência de seu efetivo cumprimento, ecoando como um grito preso em meio a décadas de invisibilidade.

Nesse sentido, o conhecimento e a divulgação das legislações afetas às pessoas com transtorno do espectro autista apresentam-se como caminhos para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, que compreenda a participação efetiva das pessoas com deficiência como termômetro do processo de inclusão e não apenas a sua inserção e/ou acesso às políticas públicas, isto é, deve-se buscar uma sociedade que assegure às pessoas com transtorno do espectro autista, considerando suas especificidades, o direito à proteção integral à saúde, à educação inclusiva, ao trabalho e residência protegida, ao transporte, ao desporto e ao lazer, à nutrição adequada e terapia nutricional, ao respeito e valorização da diversidade humana entre outras garantias que traduzem o acesso aos direitos fundamentais em igualdade de condições e oportunidades.

Legislação Internacional

- **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**
- **Decreto nº 6.949/2009** - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Constituição Federal

- **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** - Garantindo saúde, educação, assistência social para todos, com base no princípio da Igualdade e Dignidade da Pessoa Humana.

Legislação Federal

- **Lei nº 12.764/2012** - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- **Decreto nº 8.368/2014** - Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

- **Lei n° 13.146/2015** - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ([Estatuto da Pessoa com Deficiência](#)).
- **Lei n° 10.216/2001** - Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.
- **Lei n° 7.853/1989** - Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências..
- **Decreto n° 3.298/1999** - Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
- **Lei n° 8.080/1990** - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- **Lei n° 9.394/1996** - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- **Lei n° 8.112/1990** - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

- **Decreto n° 5.296/2004** - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- **Lei n° 8.213/1991** - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.
- **Lei n° 8.742/1993** - Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
- **Lei n° 8.899/1994** - Concede passage livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.
- **Lei n° 10.048/2000** - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
- **Decreto n° 7.611/2011** - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
- **Lei n° 13.977/2020** - Altera a Lei n° 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei n° 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências.

- **Decreto n° 5.296/2004** - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- **§ 7°, do Art. 3° -A da Lei n° 13.979/2020** - Dispensa a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção individual no caso de pessoas com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiências sensoriais ou com quaisquer outras deficiências que as impeçam de fazer o uso adequado de máscara de proteção facial, conforme declaração médica, que poderá ser obtida por meio digital, bem como no caso de crianças com menos de 3 (três) anos de idade.
- **Lei n° 14.019/2020** -Altera a Lei n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da Covid-19.

- **Decreto n° 6.214/2007** - Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei n° 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto n° 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências.

- **Isenção de IPI**

- **Resolução MEC n° 4, DE 2/10/2009** - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
- **Nota Técnica MEC n°24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE** - Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei n° 12.764/2012
- **Resolução CNE/CEB n°2/09/2001** - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica
- **Resolução ANAC n°280 de 11/07/2013** - Dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências.



Legislação Estadual

- **Lei n° 10.170/2014** - Proíbe a cobrança de valores adicionais - sobretaxa para matrícula ou mensalidade de estudantes portadores de síndrome de Down, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes e dá outras providências.
- **Lei n° 10.262/2015** - Institui no calendário Oficial de eventos do Estado "A Semana Estadual de Conscientização e Reflexão sobre o Autismo" e dá outras providências.
- **Lei n° 10.791/2018** - Dispõe sobre o oferecimento, na rede pública de saúde do Estado, de exames e avaliação para diagnóstico precoce do autismo, e também do tratamento para os pacientes portadores do transtorno e do apoio aos familiares dos pacientes com autismo.
- **Lei n° 10.872/2019** - Dispõe sobre o dever de inserção do símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista nas placas de atendimento prioritário no âmbito do Estado de Mato Grosso.
- **Lei n° 10.997/2019** - Dispõe sobre a criação da Carteira de Identificação do Autista - CIA no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

- **Lei nº 11.349/2021** - Dispõe sobre a aplicação do questionário M-CHAT para realização do rastreamento de sinais precoces do autismo durante atendimentos em unidades de saúde públicas e privadas do Estado de Mato Grosso.
- **Lei nº 11.352/2021** - Dispõe sobre a instituição do Cadastro Estadual da Pessoa com TEA - Transtorno do Espectro do Autismo.
- **Isenção de ICMS**
- **Isenção de IPVA**



PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

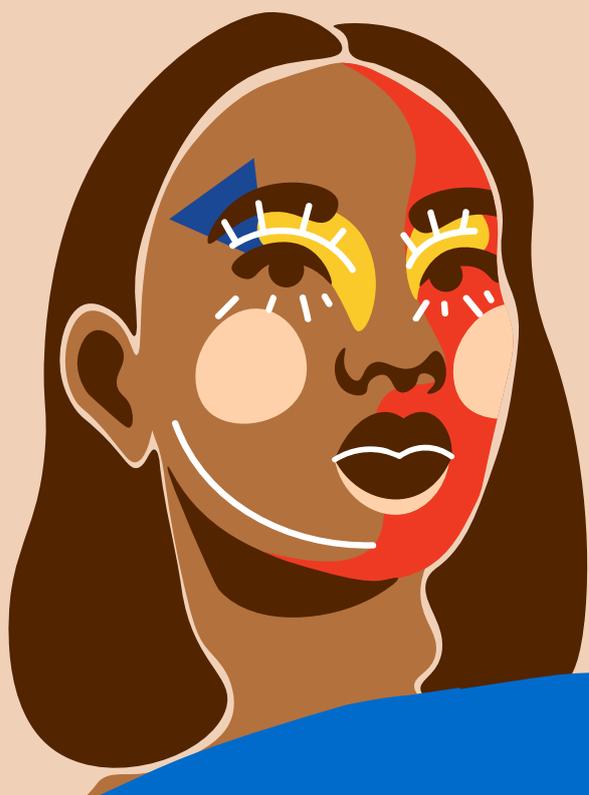
no Estado de Mato Grosso



ALMT
Assembleia Legislativa



- [PL 288/2019](#) - Dispõe sobre autorização de criação e implantação de Clínica Escola do Autista para atendimento de alunos e capacitação de educadores no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.
- [PL 132/2020](#) - Assegurar melhores qualidades de vida às pessoas com Transtorno Autista e Pessoas com Deficiência no Estado de Mato Grosso.
- [PL 37/2021](#) - Dispõe sobre a realização de censo para diagnóstico de crianças e jovens com transtorno do espectro autista (TEA) matriculados nas escolas do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.
- [PL 110/2021](#) - Dispõe sobre a destinação de carteiras em locais determinados aos estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) nas escolas do Estado de Mato Grosso.
- [PL 339/2021](#) - Dispõe sobre a adoção do sistema de inclusão escolar "ABA" para crianças portadoras de autismo nas escolas da Rede Pública do Estado Mato Grosso



Confira mais projetos em pauta





Apoio:



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

CAO – PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Centro de Apoio Operacional
Procuradoria Geral de Justiça
65 3611-0600

www.mpmt.mp.br